

Estrutura Militar de Guerra e a Guerra do Golfo

Cel.-Av. Mark de Matos

A Guerra do Golfo mal havia terminado, e seus ensinamentos já repercutiam nos estados-maiores de todas as forças aéreas que se detiveram a estudá-la.

Dentre os inúmeros ensinamentos advindos daquela Guerra, um dos mais importantes é sem dúvida o que se refere à estrutura de comando empregada pelos países da coalizão. De fato, pela primeira vez na história militar, um número tão grande de forças em ação numa guerra foi empregado de modo plenamente integrado e sob comando único.

A experiência americana no Vietnã havia mostrado a ineficiência em se fazer uma guerra com comandos independentes. Ali, bem ao contrário da Guerra do Golfo, cada força singular atuava com uma independência tal que na prática era como se os Estados Unidos estivessem fazendo várias guerras simultâneas contra um único adversário. Aeronaves da Marinha efetuavam ataques sem uma adequada coordenação com a Força Aérea, que também não

coordenava suas missões com os "Marines", e assim por diante, numa sucessão de desentendimentos que impedia a utilização da principal característica de qualquer força aérea, que é a flexibilidade.

As decisões sobre qualquer ataque ao Vietnã do Norte só podiam ser aprovadas pelas autoridades reunidas em Washington, a milhares de quilômetros de distância, sendo comum a interferência do Congresso na aprovação das listas de alvos a serem atacados, com uma tal rigidez estabelecida nos planejamentos que impedia qualquer tentativa de emprego do fator surpresa.

Comando Centralizado

Já na Guerra do Golfo, a estrutura empregada não poderia ser mais simples. Em Washington, no que diz respeito ao comandamento a nível estratégico da guerra, as decisões eram tomadas pelo mais alto nível de decisão nacional, o NCA (National Command Authority -

Autoridade de Comando Nacional), composto pelo próprio Presidente da República, pelo Secretário da Defesa e pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto (General Collin Powell).

No nível operacional, comandando todas as forças envolvidas diretamente na guerra, havia um comandante único, o comandante do Comando Central dos Estados Unidos, General (quatro estrelas) do Exército Americano H. Norman Schwarzkopf. Abaixo dele existia um comandante para cada uma das forças singulares: General (três estrelas) da Força Aérea Americana Charles A. Homer, comandante da Força Aérea do Comando Central; General (três estrelas) do Exército Americano John J. Yeosock, comandante do Exército do Comando Central; Almirante (três estrelas) da Marinha Americana Stanley R. Arthur, comandante da Marinha do Comando Central; General (três estrelas) dos marines americanos Walter E. Boomer, comandante da Força de Marines do Comando Central; e coronel do Exército Americano Johnson, comandante das Forças Especiais.

Todos os pedidos de apoio aéreo eram centralizados num só estado-maior, que gerenciava todos os meios aéreos envolvidos na guerra. Missões de apoio às forças de superfície, de ataque a alvos considerados estratégicos, ou em missões de defesa aérea eram todas co-

ordenadas por um só órgão de controle centralizado.

Essa centralização da decisão permitia o gerenciamento de cerca de 2.000 aeronaves não só da USAF, mas também da Marinha Americana, marines, e de todos os demais países participantes da coalizão, com uma única ordem de operações contendo cerca de 600 folhas, atualizada diariamente. Para poder coor-

denar toda a enorme força deslocada para a área do Golfo, o Estado-Maior da Força Aérea do Comando Central teve que se adaptar, principalmente no setor de operações.

Este setor (Direção de Operações) era comandado por um oficial general de duas estrelas da USAF, e

foi dividido em quatro divisões, cada uma comandada por um oficial general de uma estrela da USAF (na USAF há oficiais generais de uma, duas, três e quatro estrelas). Essas divisões, montadas de acordo com as peculiaridades das missões, eram especializadas em caça, combate eletrônico, operações aeroestratégicas (aeronaves de bombardeio e de reabastecimento em vôo) e transporte.

Os comandantes dos grupos se reportavam diretamente aos comandantes das divisões que, por sua vez, se reportavam ao comandante da Força Aérea do Comando Central. Esta estrutura foi extremamente útil na resolução dos problemas de controle e

Aeronaves Tornado da Real Força Aérea Inglesa eram escoltadas por F-15C da USAF e tinham a proteção eletrônica de aeronaves EA-6 da US NAVY que, por sua vez, faziam reabastecimento em vôo em aeronaves KC-135 da USAF.

proporcionou aos comandantes dos grupos um canal direto para discutir suas preocupações.

Como consequência desse comando centralizado, foi muito comum o emprego de "pacotes de ataque" envolvendo aeronaves das mais diversas procedências, com a única preocupação de se obter a melhor eficiência. Aeronaves Tomado da Real Força Aérea Inglesa eram escoltadas por F-15C da USAF e tinham a proteção eletrônica de aeronaves EA-6 da US NAVY que, por sua vez, faziam reabastecimento em vôo em aeronaves KC-135 da USAF.

Ataques estratégicos a alvos na região de Bagdá, ataques táticos às tropas da guarda republicana e missões de defesa aérea na proteção do espaço aéreo saudita - essas e todas as outras missões eram planejadas por um só comando que, com a centralização, podia decidir imediatamente sobre a melhor ação a ser tomada, sem necessidade de coordenação com outros comandos paralelos num momento tão crítico como se pode facilmente imaginar que seja o de uma guerra.

Unidade de comando, planejamento centralizado e execução descentralizada, estes conceitos simples abordados em todo curso de administração gerencial, embora às vezes difíceis de se

admitir como solução para o gerenciamento das forças numa guerra, puderam ser largamente testados no Golfo.

Analisando esta estrutura, podemos aplicar alguns ensinamentos que sejam úteis para a nossa estrutura militar de guerra (EMG). Na EMG, temos a Força Aérea dividida em quatro comandos independentes: COMAE, COMDABRA, FATOT e FATOM, ligados direta ou indiretamente ao COMSUP. Esta divisão, na prática, prejudica a aplicação do princípio da unidade de comando, e contraria a adoção da centralização dos planejamentos e descentralização da execução.

A avaliação dessa estrutura pode ser melhor realizada através dos exercícios práticos de jogos de guerra. Nesses exercícios não é raro ocorrer o isolamento dos comandos das diversas forças aéreas que, por falta de condições de realização de planejamentos conjuntos (dificuldades naturais de coordenação entre quatro estado-maiores independentes), deixam aeronaves de um comando sem utilização em momentos em que outros comandos mais precisam desses meios para realizarem suas missões.

Na guerra moderna, uma aeronave que efetue uma missão pela manhã deve ter a capacidade de imediatamente após o pouso ser empregada em outra missão, que eventualmente pode ser de

Na guerra moderna, uma aeronave que efetue uma missão pela manhã deve ter a capacidade de imediatamente após o pouso ser empregada em outra missão, que eventualmente pode ser de apoio a uma força de superfície, de defesa ou de ataque estratégico.

apoio a uma força de superfície, de defesa aérea ou de ataque estratégico. Essa flexibilidade no emprego dos meios, principal característica da Força Aérea, é normalmente tratada e decidida num órgão de controle centralizado que gerencia todos os meios aéreos disponíveis e os confronta com os pedidos de missão. Assim foi feito na guerra do Golfo, onde um único Estado-Maior da Força Aérea gerenciava todas as missões envolvendo o emprego de aeronaves.

Na atual EMG, essa possibilidade não existe na prática. Por exemplo: para que uma aeronave do COMAE possa ser utilizada pela FATOT, o órgão de controle da FATOT (Centro de Controle Aerotático, CCAT) deverá fazer entendimentos através do Cmt da FATOT, Cmt do TOT e Cmt do COMAE, para obter a autorização de cessão de meios por parte do seu órgão de controle (Centro de Controle Aeroestratégico, CCAE). Esta tramitação, envolvendo o trabalho de três Estados-Maiores (FATOT, TOT e COMAE), dificilmente conseguirá ser realizada a tempo de permitir o emprego operacional da aeronave com oportunidade. Some-se a esse raciocínio o fato concreto da limitação de meios para fazer frente à missão atribuída, o que dificilmente levaria um comandante a concordar com a cessão de meios para atender a uma missão de outro comando em detrimento de sua própria missão.

Treinamento conjunto

O velho mas sempre válido dogma de que "na guerra só o simples funciona" aplica-se com todas as letras nesse caso. As guerras contem-

porâneas têm mostrado que a aplicação do poder militar deve ser feita de forma centralizada, com um comando único e bem definido. De modo algum deve haver fracionamento dos meios ou dualidade de comando. O país ao entrar numa guerra deve usar uma estrutura que resulte numa só ação contra o inimigo.

Para atender esses requisitos, a estrutura deve ser simples, e de fácil implantação. Com base nesta análise, podemos chegar a alguns pontos básicos:

- O comandamento, a nível estratégico da guerra, deve ser feito como previsto na atual EMG, com o EMFA, ACFA (Alto Comando das Forças Armadas), e o presidente da república formando o comando supremo.

- Para comandar o nível operacional da guerra, deve haver um comando central único (oficial general de quatro estrelas), ao qual estejam subordinados os comandantes dos componentes das três forças militares.

- Todos os meios da Força Aérea, sejam eles de emprego aeroestratégico, aerotático ou de defesa aeroespacial, devem estar subordinados a um único comandante, o qual deve estar subordinado ao comandante do comando central citado acima.

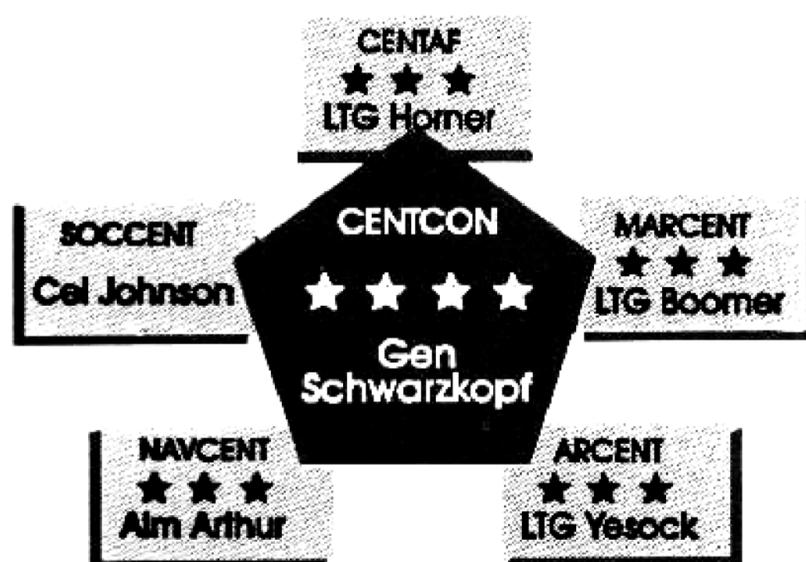
- Para manter-se a hierarquia de comando, os comandantes dos componentes de cada força envolvida devem ser oficiais generais de três estrelas que mantenham em tempo de paz um contato direto com a situação operacional da sua Força.

- Os comandantes de unidade aérea devem estar diretamente subordinados ao comandante do componente da Força

Aérea, sem outro nível intermediário, de modo a agilizar o fluxo de comunicações e facilitar o comando das ações.

A atual estrutura militar de guerra tem sido parcialmente testada ao longo dos anos em manobras envolvendo comandos operacionais e exercícios simulados nas Escolas de Comando e Estado-Maior das três forças singulares. Vários pontos desta estrutura têm mostrado limitações e a experiência obtida nesses exercícios deve ser aproveitada para corrigi-la e melhorá-la.

Estrutura do Comando Central Americano na Guerra do Golfo

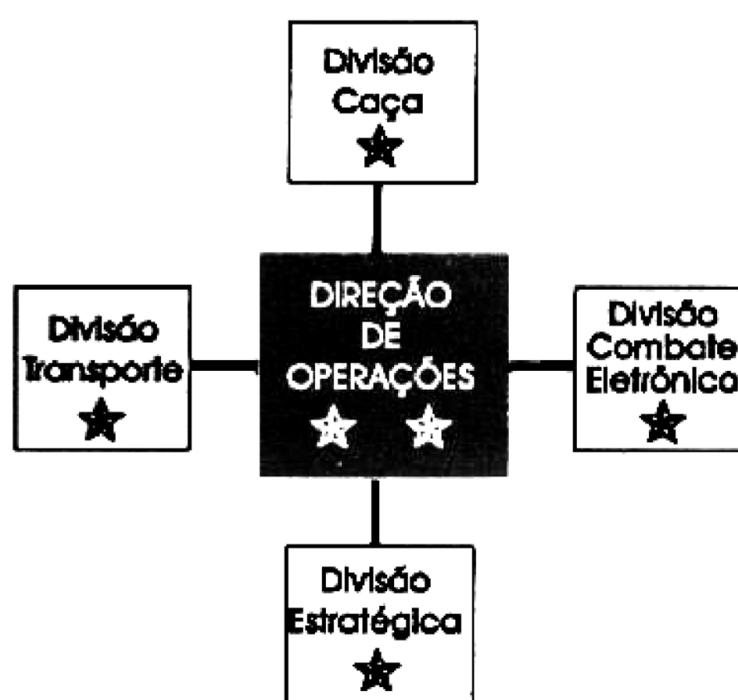


Se a guerra é tipicamente um fato difícil de se prever, com muito mais razão devemos antecipar uma estrutura de comando que seja simples e de fácil gerenciamento, onde unidade de comando e facilidade de coordenação sejam axiomas chaves para esta estrutura.

Além disso, o treinamento conjunto interforças deve ser incentivado ao

máximo, para que os elementos de cada força em particular possam conhecer as capacidades e limitações das demais. A guerra deve ser considerada como única, envolvendo toda a nação, e a estrutura militar de guerra deve espelhar esta convicção.

Estrutura da Divisão de Operações da Força Aérea do Comando Central



LEGENDA:

- CENTCON Comando Central Americano
- CENTAF Força Aérea do Comando Central
- MARCENT Marines do Comando Central
- ARCENT Exército do Comando Central
- NAVCENT Marinha do Comando Central
- SOCCENT - Comando de Operações Especiais do Com. Central
- ★ - Oficial-General (uma estrela)
- ★★ - Oficial-General (Brigadeiro-do-Ar)
- ★★★ - Oficial-General (três estrelas)
- ★★★★ - Oficial-General (quatro estrelas)

O Cel. Mark participou de diversos exercícios operacionais como integrante do Estado-Maior do Comando Aerotático e comandante do 1º Grupo de Aviação de Caça. Atuou nos trabalhos de interação dos jogos de guerra da ECEMAR, ECEME e EGN. Atualmente chefia a Subdivisão de Doutrina da ECEMAR.